



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680340 - PE (2021/0219773-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **FABIANA GONCALVES FIGLIOULO E OUTRO**
ADVOGADOS : **GEORGE JOSÉ REIS FREIRE - PE016792**
 FABIANA GONÇALVES FIGLIOULO - PE016780
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**
PACIENTE : **FABIO HENRIQUE FRANCISCO DA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO HENRIQUE FRANCISCO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC n. 0007025-50.2021.8.17.9000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 6/4/2021, pelo cometimento, em tese, do delito tipificado no art. 157, § 2º, II e VII, c/c o art. 70 do Código Penal.

Os impetrantes sustentam, em síntese, ausência de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, ofensa à Súmula Vinculante 11/STF, pelo uso de algemas no momento da prisão do paciente, bem como excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente